

Bancários do Banestes conquistam reajuste de 8,5%

Os funcionários terão cesta adicional de R\$ 217; foi feito acordo sobre PLR e caixas eventuais

Reunidos em assembleias realizadas na última sexta-feira, 12, os bancários do Banestes decidiram aceitar a proposta apresentada pelo banco, que inclui o reajuste de 8,5%, retroativo a setembro, mesmo índice conquistado pela categoria na Convenção Coletiva firmada com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos). Quem ganha até R\$ 1500,00 terá um acréscimo de R\$ 30,00, o que eleva o reajuste para até 12,77% nas faixas salariais mais baixas. Os 8,5% também incidem sobre as demais verbas de natureza salarial, exceto o ATS (anuênio). O abono corresponde a uma cesta-alimentação de R\$ 217 (na Convenção a cesta é de R\$ 700), a ser creditada até o dia 30 de novembro. As assembleias foram realizadas em Vitória, Linhares, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim.

Para o presidente do Sindicato, Carlos Pereira de Araújo, o resultado desta negociação é fruto da mobilização dos funcionários do Banestes, que fizeram greve durante 27 dias, além de uma paralisação por três horas no prédio onde funciona a direção geral, quebrando a resistência do banco que queria tratar os bancários da instituição da mesma forma que o Governo do Estado trata os servidores públicos. "O movimento é vitorioso porque forçou o governo a reconhecer que os funcionários do Banestes são bancários e que essa é uma categoria que possui uma convenção nacional que tem que ser respeitada", comentou.

Carlão avalia que "embora a proposta não fosse totalmente satisfatória, porque a PLR e o abono ficaram abaixo do acordado com a Fenaban, o item mais importante entre as cláusulas econômicas, que é o reajuste salarial, foi o mesmo estabelecido na Convenção, e isso é um fato de grande relevância. O índice tem reflexo sobre FGTS, férias, 13º salário e nas negociações futuras".

De acordo com a Convenção, a PLR corresponde a 15% do lucro líquido. No Banes-



EM VITÓRIA A ASSEMBLÉIA FOI NO CENTRO SINDICAL DOS BANCÁRIOS

tes, no entanto, será equivalente a 10%. A primeira parcela vai ser paga em dez dias, correspondendo a R\$ 120,00 fixos, mais um percentual aproximado de 25% da renda mensal em junho, respeitada a proporção dos meses de trabalho no banco.

Quanto à PLR de 2003, os bancários do Banestes aceitaram a proposta do banco de um valor fixo de R\$ 180,80 mais 22,25% sobre a renda mensal e a retirada da ação de cumprimento da Convenção da PLR ajuizada pelo Sindicato.

Em relação aos caixas eventuais, uma pendência do Acordo Coletivo 2003, será realizada assembleia específica na qual a proposta do banco será votada. O Banestes propõe a realização de processo seletivo interno condicionado à desistência da ação na Justiça em favor dos que tinham direito à efetivação e não foram contemplados. "São eles que devem decidir se acatam ou não os critérios propostos pelo Banestes", disse Carlão. A assembleia ainda não tem data marcada.

Foi aprovada uma resolução indicativa a respeito dos dias parados, com o objetivo de buscar o estabelecimento de critérios justos no processo de compensação.

Bancários e Fenaban assinam Convenção

A Convenção Coletiva dos Bancários foi assinada pela Executiva Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) no último dia 11. Os bancos têm um prazo de 10 dias úteis para pagar a primeira parcela da Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) e até março de 2005 para quitar o restante. A PLR equivale a 80% do salário mais R\$ 705 fixos. A primeira parcela corresponde a 60% desse total.

O reajuste de 8,5% sobre o salário e demais verbas e benefícios será aplicado retroativamente a setembro e creditado na conta do trabalhador no próximo vencimento, juntamente com a parcela fixa de R\$ 30 para quem ganha até R\$ 1.500. Na próxima data de crédito da cesta-alimentação, será incluída a cesta adicional no valor de R\$ 700. Essa cesta será paga aos empregados em atividade, em gozo de férias ou em caso de afastamento por licença-maternidade, acidente do trabalho ou doença, desde que não ultrapasse 180 dias.

Helson Moura

Proposta foi fechada após a mais longa greve da categoria

Sérgio Cardoso

A aprovação da proposta da Fenaban no Espírito Santo aconteceu no dia 9 de novembro. Após a mais longa greve da categoria, que durou 23 dias no Estado, os banqueiros avançaram no valor da cesta-alimentação adicional, que subiu de R\$ 217 para R\$ 700. Apesar do pouco avanço econômico, os bancários decidiram acompanhar a orientação nacional de aceitação da proposta, para não adotar uma posição isolada.

Na avaliação do presidente do Sindicato, Carlos Pereira de Araújo (Carlão), a mobilização da categoria foi positiva, pois resultou no maior movimento social do ano e revelou as contradições do sistema financeiro nacional, que lucra muito e não cumpre seu papel social. Também mostrou como é nefasta a política econômica do governo federal que opta por manter o arrocho salarial dos trabalhadores e cortar verbas sociais para fazer o ajuste fiscal. "Mostramos que temos dignidade e que somos independentes de qualquer governo que esteja no poder", disse Carlão.



NO ESPÍRITO SANTO FORAM 23 DIAS DE GREVE GERAL DA CATEGORIA E 27 NO BANESTES

BB e CEF: é meta zero até o fechamento dos acordos

Os funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal no Espírito Santo decidiram na assembleia do dia 9 lançar a campanha "meta zero" até que sejam resolvidas as pendências para fechamento dos acordos coletivos 2004. Os bancários estão dispostos a suspender a venda de produtos como forma de pressionar as diretorias das duas instituições. Também têm o objetivo de repudiar a postura desrespeitosa dos bancos que voltaram à mesa de negociações dispostos a cortar direitos históricos da categoria.

Entre as pendências no BB e na CEF estão o pagamento da Participação nos Lucros e/ou Resultados e a forma de compensação dos dias da greve. Há também os itens específicos, dentre os quais estão a revisão da Parcela Previ e revisão do PCS/PCC (BB); a reintegração dos demitidos pela RH 008, a implantação do novo plano de benefícios da Funcef, alterações do PCS/PCC e isonomia para admitidos após 1997 (CEF).

A resolução dos empregados foi encaminhada à Executiva Nacional dos Bancários para que seja encampada em outros estados.

Dissídio

No julgamento dos dissídios dos empregados do BB e da CEF realizados no dia 21 de outubro, os ministros do TST aprovaram o reajuste de 8,5% e abono de R\$ 1 mil. Para quem ganha até R\$ 1.500,00, será incorporado o fixo de R\$ 30,00. Em relação aos dias de greve, o TST decidiu que o banco deverá pagar 50% e os bancários vão compensar a outra metade. O ministros do TST avaliaram que não cabe à Justiça do Trabalho tomar qualquer decisão sobre Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR), devendo a negociação ser feita entre as partes.

Horas extras

Conforme orientação referendada na assembleia do dia 9, o Sindicato alerta os funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal a não fazerem acordos individuais ou por agência para compensação dos dias de greve, pois esse item está na mesa de negociações da Campanha Salarial 2004. Os bancários devem registrar normalmente as horas extras efetuadas em função da demanda nas agências, sem vincular esse trabalho extraordinário à compensação prevista na decisão do TST.

Desconto assistencial cobre custos da Campanha e fortalece lutas da categoria

Os bancários capixabas aprovaram na assembleia realizada no dia 9 de novembro o desconto assistencial de 1%, sobre os salários reajustados, no mês de dezembro próximo. Essa é uma contribuição anual prevista quando do fechamento de convenções ou acordos coletivos.

Os valores arrecadados com o desconto assistencial são destinados a cobrir gastos da entidade com a Campanha Salarial, que aumentam nesse período, principalmente, quando acontecem greves como neste ano. Entre as despesas extras estão as publicações de notas em TV e jornais aprovadas pela categoria nas assembleias realizadas durante a greve. Esse desconto também garante a sustentação da entidade e fortalece as lutas da categoria, pois possibilita uma melhor organização dos bancários.

Aqueles que não desejarem contribuir podem exercer seu direito de oposição enviando requerimento individual ao Sindicato até o próximo dia 22. No caso dos funcionários do Banestes, o prazo vai até o dia 26. O requerimento deve ter o nome do bancário, a qualificação, o número da Carteira de Trabalho e o nome da empresa em que trabalha e deve ser entregue na sede de Vitória e nas sub-sedes de Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e Colatina. Os bancários dos demais municípios podem mandar para a sede por carta registrada.